

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ..... VARA CÍVEL DA COMARCA DA  
CAPITAL/PE.**

**YASMIN VITÓRIA FERNANDES DA SILVA, menor impúbere, representada neste ato por ANA MARIA DA SILVA, responsável legal da menor por Guarda Definitiva**, brasileira, solteira, desempregada, portadora da Cédula de Identidade nº 6.362.491 SSP/PE, CPF 068.766.964-21, residente e domiciliado no Lote Novo Condado, nº 639, Quadra 02, Lote 17, Condado/PE, CEP: 55.940-000 e **BENJAMIM CHAGAS DA SILVA** brasileiro, viúvo, desempregado, portador da Cédula de Identidade nº 803.059 - SDS/PE, CPF 186.822.194-68, residente e domiciliado na Rua Violinista Ernane Reis, nº 45, Iputinga, CEP: 50.680-660, Recife/PE, por suas advogada subscritora da presente, constituída nos termos do Instrumento Procuratório, vem perante V.Exa., propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO -  
DPVAT, contra**

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, estabelecida na Rua Senador Dantas, nº 76, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ. - CEP: 20031-205, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 09.248.608/0001-04, pelos fatos e fundamentos que expõe e requer a seguir:

-

**DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**



-

Inicialmente, requer a V. Ex<sup>a</sup>. sejam deferidos os benefícios da Gratuidade de Justiça, com fulcro na lei 1060/50, com as alterações introduzidas pela Lei 7.510/86, por não terem os Requerentes condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, conforme atestado de pobreza que instrui a procuração anexa.

-

### **DO RITO SUMÁRIO**

Ainda, requer que o presente feito observe o trâmite do rito sumário, consoante previsto no art. 275, II, do CPC.

### **DOS FATOS**

A Requerente menor, Yasmim deu entrada perante a Requerida, que recepcionou a documentação e regulou o sinistro, para receber, na qualidade de dependente da vítima e beneficiário principal, a indenização do seguro obrigatório – DPVAT decorrente de acidente no qual **o Sr. DJAILSON CHAGAS DA SILVA, seu representante legal por Guarda Definitiva falecido em 09/12/2016.**

Ocorre que, em missiva enviada ao Requerente a Requerida informou que só poderia dar continuidade ao processo se na Certidão de Nascimento da menor Yasmin constasse o nome do falecido como genitor.



O falecido juntamente com a Sra. Ana Maria da Silva, obtiveram a Guarda Definitiva da menor que hoje reside com a Sra. Ana Maria da Silva, contudo a certidão de nascimento da menor permanece inalterada, com o nome dos pais biológicos, não sendo possível alterar a certidão de nascimento.

O segundo Requerente, o Sr. Benjamin é pai do falecido e seria o dependente e beneficiário único e direto da vítima já que o falecido não era casado, não possuía filhos e sua mãe já era falecida há muitos anos.

Entretanto, a certidão de óbito consta erradamente que o falecido deixou filho, que vem a ser na verdade, a menor tutelada Yasmin de quem o falecido tinha a Guarda.

Não conseguindo alterar a certidão de óbito para retirar a informação de existência de filho, nem a certidão de nascimento para incluir o falecido como seu genitor, ficam ambos sem poder receber o Seguro.

O segundo requerente, Sr. Benjamin, estava se empenhando para que a menor recebesse o valor do seguro, mas sem saber se ela de fato possui o direito, requer juntamente na presente ação, que se em caso um não tendo direito, que o direito seja passado ao outro, pois é certo que um dos dois deve receber o seguro por morte.

## **DO DIREITO:**

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro **DPVAT** compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:



Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº [6.194/74](#), que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

## DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado - em consonância com o art. [133](#) da [Constituição Federal](#), bem como, com o [Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil](#) - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, *tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.*

O Art. [22](#) da Lei [8906/94](#) assim preleciona:

“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.”



Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 20 do CPC, assim *verbis*:

Art. 20 - *A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...)*

§ 1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Alterado pela L-005.925-1973)

(...)

§ 3º - *Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação*, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

§ 4º – “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g. N.)

## DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer a V.Exa., com fundamento no Art. 3º, da Lei nº 6.194/74:



1. Seja deferida a justiça gratuita, haja vista os Requerentes não têm condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da [Constituição Federal](#) e o art. 2º, [parágrafo único](#), da Lei nº 1.060/50
2. Requer a citação **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO** e da **MBM SEGURADORA S/A**, nos endereços indicados no preâmbulo da presente, para, querendo, contestarem a presente ação, sob pena de revelia e confissão.
3. Que a presente ação seja julgada totalmente procedente, para o fim de condenar a Requerida ao pagamento da indenização em epígrafe, ou a menor Yasmin caso seja de fato a titular do direito, ou ao Genitor do falecido, único parente vivo, o Sr. Benjamin, ou aos dois se assim entender o magistrado, no valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), com os devidos acréscimos,
4. Que seja a requerida ainda condenada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Também, requer que a presente ação seja processada pelo rito sumário, nos termos do art. 275, II, do CPC.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Declaram as petionárias da presente, sob pena de responder civil e criminalmente, sob as penas do Art. 365, IV do CPC, que todos os documentos em cópia xerográficas, juntados à presente exordial, são cópias fiéis dos originais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)



*Nestes termos,*

*Pede e espera deferimento.*

*Ruth Rodrigues Costa*

